

Os instrumentos de análise da esquerda marxista na atualidade: principais conceitos e categorias

PEDRO ROBERTO FERREIRA*

Primeira parte: no balanço da “queda”.

Já nos escombros de um capitalismo pendularmente em crise, ruiu o “socialismo real”, e os apressados arautos da burguesia, *à la Thiers*, decretaram o fim do socialismo e, ainda não inteiramente satisfeitos, o fim da história. A obra de Marx, para eles, deveria encontrar o seu devido espaço no museu de ideias que não rondam mais.

A burguesia mundial havia perdido o temor e ficado sem parâmetro para medir a intensidade das crises sociais, como afirmou E. Hobsbawm em seu “Era dos Extremos”: “Uma das ironias deste estranho século é que o resultado mais duradouro da Revolução de Outubro, cujo objetivo era a derrubada global do capitalismo, foi salvar seu antagonista, tanto na guerra quanto na paz, fornecendo-lhe o incentivo - o medo - para reformar-se após a Segunda Guerra Mundial e, ao estabelecer a popularidade do planejamento econômico, oferecendo-lhe alguns procedimentos para sua reforma”.¹ Passou a sentir-se tão segura que ressuscitou uma política econômica e financeira tão perversa

quanto se mostra a vigência do neoliberalismo, e surpreende sobretudo aqueles que sentiram os seus efeitos em décadas passadas: “Aqueles entre nós que viveram os anos da Grande Depressão ainda acham impossível compreender como as ortodoxias do puro mercado livre, na época tão completamente desacreditadas, mais uma vez vieram a presidir um período global de Depressão em fins da década de 1980 e na de 1990, que, mais uma vez, não puderam entender nem resolver. Mesmo assim, esse estranho fenômeno deve lembrar-nos da grande característica da história que ele exemplifica: a incrível memória curta dos economistas teóricos e práticos. Também nos dá uma vívida ilustração da necessidade, para a sociedade, dos historiadores, que são os memorialistas profissionais do que seus colegas-cidadãos desejam esquecer”.²

Acuada, como não poderia deixar de estar, a esquerda marxista tem a tarefa de compreender criticamente as mudanças no capitalismo contemporâneo e, no interior desta compreensão, continuar uma espécie de balanço do socialismo na URSS, se se pretende parte de novas e

* PEDRO ROBERTO FERREIRA é Doutor em Ciência Política; Professor na Universidade Estadual de Londrina (UEL); autor de *O conceito de revolução da esquerda brasileira - 1920-1946* (Editora UEL, 1999).

¹ Hobsbawm, Eric - *Era dos Extremos* - São Paulo, Cia das Letras, 1995, pg.17. Ver também do mesmo autor “Adeus A Tudo Aquilo” in Robin Blackburn (org.) - *Depois da Queda* - Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1993, pg.103.

² *Ibid*, pg.107.



importantes transformações da realidade social.

Quanto à crítica ao socialismo pós 17, trata-se na verdade de uma continuação no entendimento construído nos primeiros anos da década de vinte através das observações de G. Mjasnikov, N. Osinskij, contra as ilusões de um simples estatismo³, sem os soviets: “O sistema de soviets de economia popular deve enraizar-se na direção das fábricas corretamente organizados. Acabamos de dizer que isso pressupõe uma total estatização (melhor dizendo, uma socialização) da produção. Todos os grandes serviços devem ser estatizados. Todos os pequenos e médios, segundo as relações locais e no parecer dos soviets de economia popular, devem ser bem “conectados” aos grandes serviços e dirigidos pelos centros de governo correspondentes ou melhor ainda, reunidos todos eles em unidades maiores para possibilitar uma direção correta da produção, dos cálculos de produção, de previsão, de distribuição e de controle. Em último caso, o lucro da empresa fica limitado, se introduz um restrito controle dos trabalhadores mediante os sindicatos e os soviets de economia popular e os órgãos de direção concedem crédito somente sob a condição de que todas as mercadorias sejam postas sob caução”.⁴ O receio de uma burocratização do sistema já era grande, principalmente frente a N.E.P., e Osinskij vai dizer: “A forma de organização dos serviços estatais mediante a união em truste, a emissão de obrigações, a centralização burocrática, a dissimulação da sociedade anônima,

facilita a intromissão do capital financeiro estrangeiro, seja sob a forma do “mau” capital alemão ou do “bom” capital americano. A força absoluta da cúpula do estado maior, que em torno de cinquenta por cento se encontra nas mãos dos negociantes de patentes, se transformará pouco a pouco na força do estado maior do capital.”⁵ Para evitar a burocratização e a abertura de um flanco ao capital financeiro internacional, segundo Osinskij: “A direção das fábricas socializadas deve organizar-se com fim aos seguintes princípios: 1) a classe operária possui a maioria definitiva na direção da empresa, definitiva não com relação aos capitalistas, senão com respeito à fábrica e a classe operária dos empregados. Os trabalhadores das fábricas não podem ter maioria na direção de sua própria fábrica, posto que o proprietário da indústria é toda a classe operária. Daí segue que se na direção devam estar os mediadores, retirados da classe operária em geral, a metade, no máximo, poderá ser constituída por trabalhadores da própria fábrica. A outra metade a ocupam conjuntamente representantes de soviets de economia popular de distrito (ou de governo) soviets de deputados de trabalhadores e de sindicatos. 3) Os técnicos, e em geral os empregados das fábricas, não devem somente colaborar na direção das fábricas, senão também possuir autonomia em suas funções “executivas” (que estão separadas das legislativas e diretivas) de um modo considerável. Os técnicos e diretores comerciais devem ser reconhecidos pelos diretores de

3 N. Osinskij: “Ante todo, para aquel que piensa que el tránsito al socialismo es una simple estatalización de los servicios, hay que decir que tal estatalización considerada en si misma, en cuanto tránsito de una industria a la propiedad estatal, no es todavía socialismo alguno. En Prusia los ferrocarriles en su totalidad han pasado

a manos del Estado, pero nadie cree por eso que semejante medida signifique el tránsito hacia el socialismo”, in “Textos” - Democracia de Trabajadores o Dictadura de Partido - Madrid, Ed. Zero S.A., 1971, pg.90.

4 Ibid.pg.105.

5 ibid.pg.94.



serviço e confirmados pelos soviets de economia popular do distrito, sem cuja autorização um engenheiro ou um contador não poderá ser expulso. Eles são os responsáveis pela direção da prestação do serviço de contas; a direção da fábrica pode dar-lhes indicações e dirigir sua atividade, porém autoridade sobre eles somente a possuem a direção do serviço e o soviets de distrito; enquanto ambas organizações de trabalhadores os mantenham devem sustentar os empregados e ordenar-se a eles. Dessa maneira, e afim de que a coordenação seja introduzida no processo de trabalho, coordenação que fica assegurada, ademais, com respeito ao abuso dos engenheiros e empregados. 4) As diretrizes do serviço devem ser autônomas suficientemente, porém a despeito disso estar subordinados aos soviets de economia popular do distrito, no qual se aprova os planos de produção e as propostas de custos realizados por elas, e ademais estar atento a que a direções de serviço atuem no marco dos planos corretos.”⁶ Osinskij ainda iria se colocar contrário à presença do Comissário na fábrica, mesmo para aquelas mais atrasadas, pois, aí seria necessário um instrutor e não um presidente, afinal; “a libertação do trabalhador é tarefa do próprio trabalhador”.

Todavia, tudo leva a crer que esses revolucionários, acima mencionados, clamaram no deserto, posto que, nos anos trinta, é ninguém menos do que L. Trotsky, com o seu “A Revolução Traída”, quem fará uma dura crítica à burocratização na URSS. Apesar de alguma condescendência presente na sua concepção de um “Estado operário porém degenerado”, a burocracia, segundo Trotsky, já havia corroído o

sistema de tal forma que só mediante uma “revolução política” para fazer retornar o *soviet* e restabelecer a via do socialismo. Na sua concepção a burocracia não chegou indistintamente ao partido e ao Estado na URSS, e nem se devia a uma mera militarização de todas as relações no âmbito da sociedade, até porque, “nenhum exército pode ser mais democrático do que o regime que o sustenta. O burocratismo, com a sua rotina e a sua suficiência, não deriva de necessidades específicas da organização militar mas de necessidades políticas dos dirigentes. Estas necessidades só encontram no exército a sua expressão mais completa. O restabelecimento da casta dos oficiais, dezoito anos após a sua supressão revolucionária, atesta com igual força qual o abismo cavado entre dirigentes e dirigidos, quanto perdeu já o exército as qualidades essenciais que lhe permitiam denominar-se em exército vermelho e quanto o cinismo da burocracia, que faz leis, foi conseqüência desta desmoralização.”⁷

A burocratização se deu quando do afastamento do Partido Bolchevique dos soviets, separando os quadros das massas e submetendo-as em todas as principais decisões tomadas logo após os primeiros anos da revolução, sob efeitos de resíduos levados às últimas conseqüências da N.E.P.: “Os quadros tudo decidem” caracteriza, muito mais abertamente do que Estaline desejaria, a sociedade soviética. Os quadros são chamados, por definição, a exercer a autoridade. O culto dos quadros significa, antes de mais, o da burocracia. Na formação e educação dos quadros, como em outros domínios, o regime soviético cumpre uma tarefa que a burguesia, há já muito tempo, terminou.

⁶ Ibid.pgs.105-106.

⁷ Trotsky, Leon - A Revolução Traída - Lisboa, Edições Antídoto, pg.228.



Mas como os quadros soviéticos aparecem sob a bandeira do socialismo, exigem honras quase divinas e emolumentos sempre mais elevados. De maneira que a formação de quadros “socialistas” é acompanhada por um renascimento de desigualdade burguesa”.⁸ E as diferenças salariais que permeavam um mundo do trabalho sob a inspiração stakhanovista, não faziam mais do que escamotear a apropriação mascarada do trabalho de outrem e fundamentalmente a perda de qualquer controle dos operários sobre o processo de produção exercido nas fábricas: “A gestão da indústria tornou-se extremamente burocrática. Os operários perderam toda a influência sobre a direção das fábricas. Trabalhando é peça, vivendo num profundo constrangimento, privado da liberdade de se deslocar, sofrendo na própria fábrica um terrível regime policial, o operário dificilmente se poderá sentir um “trabalhador livre”. O funcionário é para ele um chefe, o Estado um patrão. O trabalho livre é incompatível com a existência do Estado burocrático.”⁹

Entretanto, na medida em que a burocracia se configurava enquanto uma camada dirigente mas não uma classe, por não haver criado uma base social sob uma forma de condições particulares de propriedade, e tendo que proteger, criando as condições políticas e técnicas necessárias para a reprodução, das propriedades do Estado, não engendrou uma burguesia de Estado e, portanto, nem se criou na URSS um capitalismo de Estado. Trotsky abominava o termo “capitalismo de Estado”, primeiro por acreditar que este esconderia os verdadeiros contornos do sistema stalinista e não portar um significado preciso e, por último, dado a

impossibilidade de uma burguesia de Estado vir a explorar os meios de produção sob domínio estatal, em benefício próprio. Assim: “A nacionalização do solo, dos meios de produção, dos transportes e de troca e também o monopólio do comércio exterior, formam as bases da sociedade soviética. E esta aquisição da revolução proletária define aos nossos olhos a URSS como um Estado operário.”¹⁰

Concordando em grande medida com as críticas de Trotsky, mas se preservando quanto à recusa da utilização do conceito de “capitalismo de Estado”, a esquerda marxista na atualidade caminhará por meio deste até para começar a entender as grandes questões que causaram a derrocada final do “socialismo real”. Se já era, no seu entendimento, possível apanhar certas conexões entre o grande capital internacional e a economia da URSS, com o reconhecimento de um capitalismo de Estado ficava, em definitivo, claro que a crise do sistema capitalista por volta de 1973 iria afetar seriamente os destinos do stalinismo sem Stálin, devido as contradições internas do “socialismo em um único país”, e as externas, marcadas pela continuidade de um sistema capitalista com seu mercado mundial e sua renitente interferência: “Todo marxista do começo do século sabia que era impossível suprimir rapidamente o mercado, por duas razões: um certo nível de desenvolvimento das forças produtivas, comparável ao nível atingido pelo capitalismo desenvolvido, é indispensável; o mercado da época capitalista é, antes de tudo, mundial e não local ou nacional, e é este mercado mundial que comanda a divisão internacional do trabalho. Esta presença do mercado mundial se manifesta,

⁸ Ibid. pg.240.

⁹ Ibid. pg.242.

¹⁰ Ibid. pg.247.



inclusive, naqueles países cujo regime econômico tende à auto-suficiência.” 11

A despeito dos vários planos quinquenais que mal alcançaram alguma articulação entre a agricultura e o setor industrial, o esforço descomunal de uma indústria cada vez mais identificada com os objetivos bélicos e, somente aí portadora de um avanço tecnológico semelhante ao verificado no mundo capitalista, a displicência com o abastecimento de produtos para consumo de uma população, nos últimos anos, já nem tanto depositária de práticas revolucionárias que rememorassem 1917, pôde-se ver um esforço de integração com o capitalismo que cobraria o seu preço quando da crise deste último: “O atraso da URSS é sempre muito visível nos novos ramos da indústria. Todavia, o problema é complexo. Não se trata apenas de retomar a produtividade em tal ou qual ramo da indústria, porque existe uma complementariedade indispensável entre os diversos ramos ou setores. Além disso, para atingir seu desenvolvimento, a URSS não pôde avançar, simultaneamente, em diversos domínios dentro de seu espaço nacional. Isto teria sido verdadeiro com ou sem Stálin, sem burocracia e com o melhor dos planejamentos. Na realidade, a burocracia somou-se ao desequilíbrio, ao mesmo tempo em que foi um produto do desequilíbrio. O aspecto mais flagrante desse desequilíbrio é a incapacidade orgânica dessa economia para satisfazer, simultaneamente, as demandas por bens de consumo – crescentes com o enfraquecimento da burocracia, as lutas operárias e a influência dos modos ocidentais de consumo -, as demandas da

agricultura e a reestruturação da indústria. O desenvolvimento econômico da URSS acarretou sua integração na divisão internacional do trabalho, no caso específico, no mercado mundial. Esta complementariedade, que o mercado mundial realiza de maneira desigual e pela exploração do trabalho humano, a URSS, mesmo estendendo-se aos países do Leste, não poderia realizar sozinha.” 12

Aliás não deixa de ser surpreendente o contágio capitalista mesmo nos momentos de maior autarquização do stalinismo: “Pareceu, por vezes, que Stálin recomendava e punha em prática esses modelos autárquicos de desenvolvimento - sobretudo após 1945, no contexto do “campo socialista” mais amplo, porém ainda atrasado. No entanto, as pesquisas sobre o desenvolvimento soviético mostram que seu período de aceleração ocorreu nos anos 30 e 40, quando houve grandes intercâmbios com o Ocidente. É também extraordinário que no início dos anos 30 mais da metade das exportações inglesas e norte-americanas de máquinas tenha sido para a União Soviética. Em certos setores, as cifras vão além de 90%. A importação maciça de tecnologia ocidental, nos anos 30 e 40, constituiu a base do crescimento soviético até o final dos anos 50”. 13

Nesse sentido, não seria nenhuma bizarrice da história uma absorção daquilo que se criou na URSS pelo capitalismo ocidental, já que o pouco de socialismo que ali se gestou mal poderia resistir as estocadas das poderosas forças do setor privado: “É necessário aceitar a idéia de que o capitalismo possa

11 Enreille e Revol, Pierre, René “O Socialismo Frente ao Mercado” in - Rubens Pinto Lyra (org.) - Socialismo: Impasses e Perspectivas - São Paulo, Editorial Scritta, 1992, pg.62.

12 Ibid.pg.63.

13 Blackburn, Robin “O Socialismo Após o Colapso” in Robin Blackburn (org.) - Depois da Queda - o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo -, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1993, pg.143.

reabsorver o autodenominado mundo socialista, a não ser que haja o revigoramento de processos revolucionários que, no momento, não estão nem ao menos no horizonte; e todavia me parece que não se deva falar de uma vitória do capitalismo, mas sim do malogro da primeira tentativa histórica de revolução anticapitalista ligada à perspectiva de transição ao socialismo”.¹⁴

Hodiernamente, o ponto de partida que parece ser comum no interior da esquerda marxista para se analisar o passado do stalinismo e sua derrocada, está fixado no conceito de capitalismo de Estado, mesmo quando utilizado com reservas ou algumas vicissitudes tais como o de capitalismo monopolista de Estado ou Socialismo de Estado. Daí que torna-se importante para o intento deste trabalho, um rastreamento da instrumentalização deste conceito com o propósito mais à frente, de inseri-lo nos problemas, sobretudo, político-ideológicos que romperam as fronteiras do “socialismo em um só país” devido a influência do PUCS na política comunista internacional. Em outras palavras, a corrosão do stalinismo no processo de transformação social na URSS teria sido tão grande a ponto de atingir duramente o socialismo, algo que as demonstrações da sociedade pós “socialismo real” iriam demonstrar: “Em virtude dos longos anos de desmandos e opressão stalinista, os movimentos populares verificados no Leste europeu em 1989 não mais aspiravam ao “socialismo com face humana”, proposto na Tchecoslováquia em 1968. Bem ao contrário, rejeitavam todos os modelos socialistas e buscavam a concepção

ocidental de “sociedade normal”. E na União Soviética, assim como na China, o governo comunista, eivado da corrupção e do cinismo que gerara, comprometeu seriamente a própria noção de socialismo”.¹⁵

Apesar do stalinismo e dos mais ferozes capitalisms de Estado por ele criado, não se deve, como afirma R. Blackburn, desconsiderar as experiências do comunismo no interior de todo esse processo, sobretudo, naquilo que ele representou frente a certas iniciativas do capitalismo tais como; o fascismo, o colonialismo, as ditaduras militares e civis que marcaram o século XX. Daí que os movimentos anticapitalistas posteriores a 89, serão tributários, para melhor ou pior, dos acontecimentos que em poucos dias “abalaram o mundo”. Diz ele: “Mas a esquerda anticapitalista só terá credibilidade se contar com a terrível experiência feita pelo comunismo desde 1917. Trata-se, de certa forma, de um tributo ao comunismo, cujo impacto na história do século XX, para melhor ou para pior, foi enorme”.¹⁶ Tributárias sim, mas que imediatamente não lograram nenhum “ganho” de forma automática “depois da queda”, algo que talvez os trotskistas, a social-democracia e outras correntes socialistas pudessem ter acalentados.

Desta maneira, a crítica anticapitalista deverá ser profunda ao realizar um balanço que não poderá deixar escapar de um lado, o capitalismo e seus males que são muitos e afetam, e hora fazem, o curso da humanidade, de outro, os imbricamentos deste mesmo capitalismo no stalinismo ao detonar com as possibilidades do socialismo no transcorrer do último século: “Contudo,

¹⁴ Grassa, Gianfranco La “O Capitalismo Contemporâneo e o Papel da Teoria Marxista” in Revista - Crítica Marxista - v11n2, São Paulo, Ed. Brasiliense, pg.92.

¹⁵ Blackburn, op. cit. pg.10.

¹⁶ Ibid.pg.109.



é talvez possível um novo começo, a partir de um socialismo disposto a enfrentar a história e empenhar-se numa crítica mais acurada do projeto socialista. Ainda existem movimentos anticapitalistas expressivos, alguns deles influenciados pela tradição comunista. Mas falta-lhes um programa capaz de nos levar a superar o capitalismo. Sobrevivem regimes que se autodenominam comunistas ou socialistas; mas apesar das realizações que lhes podem ser atribuídas (como, por exemplo, o que foi feito em Cuba nas áreas de educação e saúde), é fora de dúvida que também esses regimes precisam ser renovados e reorientados de modo mais completo, que vise não apenas a criar uma cultura e uma organização política mais genuinamente democráticas, como também a descortinar um modelo econômico novo e viável”.¹⁷ Tal crítica não deverá ser rasteira, resumida à imediaticidade do problema, atacando um flanco e não percebendo o conjunto com suas reais determinações: “A reflexão crítica, por seu lado, também não pode satisfazer-se com a simples denúncia da evidente negação da democracia, inclusive a democracia socialista, marca registrada do stalinismo. Se faltasse a esses regimes comunistas apenas a democracia, então bastaria adotá-la para que tudo estivesse resolvido. Contudo, por melhor que os Estados comunistas recebam ou venham a receber as mudanças no sentido da democratização, já está evidente que não resolverão dessa forma seus problemas, nem tampouco farão progresso em relação ao stalinismo ou ao capitalismo. Nunca deixou de haver socialistas e marxistas que denunciaram os aspectos repressivos do comunismo e buscaram identificar as falhas básicas da

concepção comunista do projeto socialista”.¹⁸

Torna-se além de interessante muito importante para o campo crítico do marxismo, uma análise, à luz do entendimento de capitalismo de Estado na União Soviética, que possa se iniciar por autores como Eric Hobsbawm, Ralph Miliband, Robin Blackburn, devido a uma militância comunista partidária que tiveram e, principalmente, por terem permanecido no campo do socialismo anticapitalista devedor a Marx.

Hobsbawm, após uma breve recapitulação dos primórdios do socialismo, afirma que a associação deste com o Estado se deu por volta de 1880 não pertencendo, portanto, a um entendimento indissolúvel, ainda que, a história mais recente deixasse todo o peso de um enorme fracasso depois de ter levado às últimas conseqüências tal nexos. Para o historiador marxista: “...o socialismo inicialmente não tinha quaisquer conotações políticas (aqui novamente diferia do comunismo). Podia ser instituído pelo Estado ou por qualquer outro tipo de autoridade eficaz, mas podia, principalmente, ser estabelecido por comunidades voluntárias; por aquilo que Bernard Shaw denominou de “socialismo por iniciativa privada”. Isto, aliás, provavelmente explica porque havia mais socialismo - isto é, mais colônias socialistas - nos Estados Unidos na década de 1840 que em qualquer outra parte do mundo. Na verdade, até 1880, quando as pessoas pensavam em socialismo dos trabalhadores pensavam no socialismo através de associações cooperativas voluntárias e outras formas de ação voluntária mútua e coletiva. Foi apenas quando os movimentos trabalhistas, seguindo tanto a tradição jacobina de democracia como os

¹⁷ Ibid,pg.107.

¹⁸ Ibid,pg.110.



marxistas, adotaram a ação política coletiva que o socialismo se associou à conquista do poder de Estado. Naturalmente o Estado passou a ser o elemento central na construção do socialismo”.¹⁹

Se o debate sobre a questão do Estado no interior de um processo revolucionário não fora mais aprofundado no marxismo, pelo menos mais do que foi, era porque frente a um capitalismo tão em crise, tão fadado em todos os setores a demonstrar suas falências e perversidades, era porque qualquer socialismo poderia se apresentar como uma alternativa muito melhor: “Os regimes políticos típicos da sociedade burguesa, as democracias liberais, foram depostos em todo o mundo. Em 1940-41 mal sobreviviam fora dos Estados Unidos, uma orla da Europa e das Américas e na Australásia. Acima de tudo, a economia capitalista estava adoecida e quase desabou na pior baixa jamais sofrida, a única que realmente parecia capaz de levá-la ao colapso total. Qualquer tipo de socialismo, tinha que ser melhor que isso. Nada nos é mais óbvio hoje que a ineficiência econômica de uma economia de comando primitiva sob planejamento central estatal como a que se proclamava o socialismo na União Soviética. Mas há sessenta anos políticos e intelectuais anticomunistas formavam filas para ir a Moscou descobrir os segredos do “planejamento” que aparentemente tornava os soviéticos imunes ao declínio que devastava seus

próprios países”.²⁰ À nenhuma crítica é dado o direito de esquecer, que logo após o término da segunda grande guerra mundial a URSS despontou como uma grande potência, apesar de tudo: “A URSS emergiu da Segunda Guerra Mundial enquanto superpotência mundial, e líder de Estados e possessões comunistas. Os partidos comunistas no Ocidente (a exceção do alemão) saíram dela mais fortes do que jamais foram ou tenderam a ser”.²¹

Planejamento econômico de uma sociedade já revolucionária, pois tratava-se da União Soviética, e que fora beber na fonte de um capitalismo tardio, todavia, que se desenvolvia rapidamente e já ameaçava no âmbito da competição internacional as economias desenvolvidas. Para Blackburn “...os bolcheviques de 1917 ficaram impressionados, e provavelmente muito impressionados, com a economia de guerra da Alemanha, que consideraram prova da eficácia do planejamento físico; no entanto, nem a Suíça nem o *sealed train** seriam boas perspectivas para tal avaliação”.²² Tal planejamento deveria ser importante para os bolcheviques atravessarem o “comunismo de guerra”, o que ocorreu, aliás com muita eficácia, do ponto de vista militar, todavia, o mesmo não poderia ser dito a respeito da economia devido aos prejuízos da produção de pequena escala, etc. Sendo que: “Até mesmo Lenin e Trotsky reconheceram que as políticas econômicas do “comunismo de guerra”,

19 Hobsbawm, Eric “Renascendo das Cinzas”, in Blackburn op.cit.pg.256.

20 Ibid.pgs.257-258.

21 Hobsbawm, Eric “The Communist Manifesto” in - Le Manifeste Communiste - 150 ans après - Quelle Alternative au Capitalisme? - Quelle Émancipation Humaine? - Contributions, 5e dossier - Paris, mars 1998, pg.59.

* Forma de transporte usada por Lenin ao retornar à Rússia após seu exílio na Suíça. Trata-

se de um trem cujos passageiros só podem desembarcar na estação de chegada, e que só recebe passageiros na estação de partida. Aplicada ao capitalismo, a expressão transmite a idéia da falta de opções, da impossibilidade de discordância (no campo econômico), da obrigatoriedade de aceitação das mesmas regras por parte de todos. Blackburn, op. cit., pg.129.

22 Blackburn, op.cit. pgs.128-129. Ver *



independendo de sua justificativa militar, haviam contribuído para causar à economia violentos transtornos. Na Rússia, como no resto da Europa, a imposição da economia de guerra não funcionou como antecâmara para o socialismo, bem longe disso; além de não ter evitado a fome e as epidemias, pode tê-las até agravado”.²³ Mas mesmo depois de superado o período do “comunismo de guerra”, as medidas tomadas não foram abandonadas o que acabou por afetar em definitivo a possibilidade de uma democracia revolucionária: “Além disso, havia também nesse procedimento um sentido bolchevique de destino, intensificado e inflexível, que não toleraria qualquer oposição. A vitória não trouxe relaxamento político. Em 1921, o messianismo bolchevique foi utilizado para justificar o monopólio cada vez mais difundido e cruel do poder. Num espaço de poucos meses, eliminou-se o que ainda restava de pluralismo nos soviets, proibiram-se facções dentro do partido, a Geórgia menchevique foi invadida, a revolta dos marinheiros do Kronstadt foi sufocada militarmente e foram perseguidos e açoitados os partidários “verdes” de Makhno. Estava preparado o cenário para Stálin.”²⁴

Portanto, segundo R. Blackburn, não se pode creditar na associação socialismo e Estado o problema do planejamento econômico e político enquanto instrumento que se derive das “origens” do marxismo sem se questionar o campo histórico que lhe trouxe alterações. Até porque, em alguns momentos houve questionamentos que partiram de certas organizações das mais importantes do movimento: “As ideias políticas e econômicas dos social-democratas

alemães ocupavam posição de destaque no pensamento marxista e salientavam-se pela rejeição do socialismo estatal, associado a Vollmar”.²⁵ E, o autor, vai mais fundo ainda para supor em Marx uma total recusa a qualquer noção de órgão central de planejamento: “Num exame mais detido, vê-se que Marx não afirmava, nessas passagens, que o cálculo econômico se torna desnecessário após a expropriação dos expropriadores, mas sim que tão logo fiquem claros os direitos a produtos básicos, percebe-se a racionalidade da aplicação do trabalho às necessidades sociais. Uma vez que Marx é favorável à eliminação da socialização da produção nos Estados capitalistas mais adiantados, custa crer que tenha de fato imaginado um órgão central de planejamento, que decidisse em que quantidade cada bem deveria ser produzido.”²⁶

Em princípio, Ralph Miliband destaca que em todos os “regimes comunistas” a economia se caracterizou por haver colocado totalmente a propriedade dos meios de produção em mãos do Estado, e que no controle deste último estava um partido comunista hegemônico: “Embora os regimes comunistas tenham se diferenciado entre si de várias maneiras, eles possuem todos duas características predominantes em comum: uma economia em que os meios da atividade econômica estavam predominantemente sob propriedade e controle estatal; e um sistema político em que o Partido Comunista (sob vários nomes nos diferentes países), ou melhor, seus líderes, gozavam de um virtual monopólio do poder, vigilantemente defendido contra qualquer forma de dissidência pela repressão sistemática – frequentemente brutal.”²⁷ E, esse

²³ Blackburn, op.cit.pg.130-131.

²⁴ Ibid.pg.129.

²⁵ Ibid.pg.123.

²⁶ Ibid.pg.118.

²⁷ Miliband, Ralph “O Reverso da Utopia” in Blackburn, op.cit.pg.22.



processo se deve ao stalinismo, menciona o autor: “O verdadeiro arquiteto do modelo de governo que veio a imperar em todos os regimes comunistas foi de fato Stálin, que primeiro o estabeleceu na União Soviética e depois fez com que fosse copiado por outros líderes comunistas formados em sua escola, ou o impôs nos países que passaram ao seu controle após a Segunda Guerra Mundial”. 28

O raciocínio de Miliband centra-se em alguns problemas pertinentes ao período de transição revolucionário, vendo neste por exemplo, a necessária centralização das decisões dada a importância de um executivo forte e, o que não deixa de contrariar, por sua vez, as tendências antiestatizantes que o processo na sua plenitude deverá conter: “Trata-se de um recuo compreensível em vista da experiência dos regimes Comunistas, em que o Estado, ou o Estado-partido, dominava cruelmente a sociedade; e também parte da crença forte e saudável de que o Estado é, de qualquer modo, uma provável fonte de deformações arbitrárias, burocráticas e antidemocráticas, e de que socialismo significa acima de tudo a recuperação por parte da sociedade, dos poderes alienados ao Estado, com consistente e drástica redução do poder estatal. Isso, evidentemente, também foi tema fundamental do marxismo clássico, e faz parte do lado “anarquista” do pensamento marxista. O problema - e é um problema - é que um poder executivo forte é condição absolutamente necessária, ainda que não suficiente, para que o governo sobreviva e cumpra seus compromissos”.29

Miliband não repudia totalmente o planejamento estatal numa economia socialista, mas procura entendê-lo nas suas diferenças numa possível comparação com o paradigma stalinista: “A primeira coisa que se precisa dizer sobre planejamento numa democracia socialista é que ele em nada se assemelharia ao modelo stalinista de planejamento total, abrangente e detalhado a que todas as empresas precisavam conformar-se, sem referência ao mercado. Não era essa a forma como o planejamento fora concebido após a Revolução Bolchevique. Alec Nove nota que Trotsky, ao falar em 1922 de um “período de transição”, dissera ser “necessário que cada fábrica de propriedade do Estado, com seu diretor técnico, fique sujeita não só ao controle superior - exercido por órgãos estatais - mas também ao inferior, através do mercado, que continuará sendo o regulador da economia do Estado ainda por muito. ...O planejamento stalinista pôs de lado todas essas condições. Agora está na moda achar que ele foi um desastre completo, o que de fato foi em termos do horrendo preço em vidas humanas e perdas materiais que custou.”.30

Convencido que não é possível uma transição sem Estado e planejamento estatal da economia, o autor acima mencionado, não negligenciará um intervencionismo com significado profundamente social a marcá-lo frente às necessidades dos trabalhadores: “Por sua vez, um governo socialista teria forte vocação intervencionista, e consideraria a intervenção na vida econômica uma de suas principais responsabilidades. No

28 Ibid.pg.25.

29 Miliband, Ralph - Socialismo & Ceticismo - Bauru, São Paulo, Edusc; São Paulo, Fundação Editora da Unesp, 2000, pg.250.

30 Ibid, pgs.160-161.



entanto, seu intervencionismo teria fins fundamentalmente diferentes dos fins dos governos anti-socialistas, e assumiriam formas bem diferentes. Pois, ao contrário de tais governos, um governo socialista estaria procurando não só melhorar o desempenho da economia ou atenuar suas mais manifestas insuficiências, como também transformá-la em seu todo. Isso não significa em absoluto dizer que a intervenção do Estado seria sempre e necessariamente do melhor tipo, e que seus resultados seriam benéficos. Mas os erros cometidos por um governo socialista sujeito a injunções democráticas seriam pelo menos decorrentes de uma aplicação errônea de propósitos socialmente defensáveis, e não dos propósitos socialmente deletérios tantas vezes perseguidos por governos conservadores.” 31 O que poderia ser a passagem de superação daquilo que Miliband chamou de sociedades coletivistas oligarquizadas.

Da Inglaterra ao Brasil, mas sem pretensões geográficas nesta análise da esquerda, no livro de Jacob Gorender “Marxismo sem Utopia”, militante de quase uma vida nas organizações comunistas, o conceito de socialismo de Estado descortina sua análise sobre o “socialismo real”. Também Gorender sai em defesa de um Socialismo com Estado. Repudiando o utopismo de Marx: “A meu ver, faz-se necessário expurgar o marxismo do antiestatismo radical. A concepção da sociedade sem Estado pertence ao socialismo utópico e se conservou na doutrina marxista precisamente porque seus fundadores não haviam se libertado inteiramente de propensões utópicas”.32

A importância do Estado numa futura sociedade sem classes, aparece para Gorender quando da distribuição do produto do trabalho, produto que deverá com certeza incorporar trabalho que não se confunde com o excedente não-pago. Como distribuí-lo senão mediante um vetor social que só o Estado pode conter: “A primeira e mais essencial diferença consiste em que não se trata de um pagamento da força de trabalho conjugado a um excedente não-pago. O desconto feito, no caso do trabalhador da sociedade futura, se destinará a fundos sociais administrados coletivamente pelos trabalhadores. Marx se refere vagamente à sociedade como distribuidora dos bônus. Na verdade, só o Estado poderá ser a fonte original dos bônus, ainda que sua distribuição aos trabalhadores individuais venha a ser realizada através das empresas”.33

Segundo Gorender, o problema inicial seria então não confundir o socialismo de Estado com o socialismo com Estado. O ponto de partida está na estatização geral dos meios de produção, no plano da economia urbana, que constituiu premissa para o tipo de socialismo de Estado e que veio a se impor na União Soviética, e se reproduziu nos demais países do campo socialista. Como já se sabe, essa estatização esteve amarrada ao comunismo de guerra num processo que deveria apresentar uma passagem histórica mais acelerada, todavia, acabou por deixar efeitos deletérios ao socialismo. O planejamento econômico implementado pelo Estado bolchevique se deu num momento de auge do “fordismo” no capitalismo, o que acabou, curiosamente, por exacerbá-lo. A estatização plena da economia teria liquidado com a, até certo ponto,

31 Ibid. pg.140.

32 Gorender, Jacob - Marxismo sem Utopia - São Paulo, Ed.Ática, 1999, pg.243.

33 Ibid.pg.242.



“saudável competição”. Por isso, vai comentar Gorender, a despeito da penetrante crítica de Trotsky, antecipando em 50 anos os mais importantes argumentos da Perestroika, e apesar do sucesso alcançado em alguns setores da economia na União Soviética, mais recentemente pôde se constatar, sobretudo, no que diz respeito a uma tecnologia de ponta – pautada pela informática –, um rotundo fracasso da economia plenamente planejada.

Se foi possível apontar para um desenvolvimento tecnológico no setor bélico, diz Gorender, por sua vez, não haveria como ignorar em tempos presentes o significativo atraso da URSS frente aos grandes países do capitalismo, e o agravamento social e econômico fora progressivamente no plano interno: “Nessa desvantagem progressiva se manifestou – o que Trotsky não reconheceria – a própria desvantagem da economia centralmente planejada diante da economia capitalista. Desvantagem que, no essencial, consistia na incapacidade de encontrar uma motivação dinâmica alternativa para a concorrência mercantil e tão ou mais eficiente do que esta. Mesmo considerando o alto grau de monopólio característico da economia nos países capitalistas desenvolvidos, a sanção última da eficiência econômica continua a pertencer ao mercado. O monopólio, em suas diversas formas geralmente oligopólicas, não suprime a concorrência, que persiste em condições de moldagem pela organização oligopólica. Aos saltos, às vezes convulsivos, a concorrência continua a exercer pressão no sentido da inovação. Já o mesmo não se dá na economia centralmente planejada, que, privada da pressão concorrencial, apaga os impulsos inovadores e se deixa

adormecer na letargia tecnológica. A superioridade inerente à economia de comando (como foram denominadas as economias centralmente planejadas), no que se refere à possibilidade de evitar desperdícios peculiares às economias de mercado, acaba se perdendo diante das desproporções que os planos criam e acumulam e diante da propensão à estagnação tecnológica”.³⁴

Gorender encontra em Gramsci um entendimento do Estado, capaz daí retirar não somente uma reflexão em defesa da permanência do mesmo no pós-capitalismo, como também uma certa inspiração para fazer um balanço crítico do Estado nos primórdios do bolchevismo: “As categorias gramscianas permitem analisar os regimes comunistas sob o aspecto da prioridade extremada que deram à coerção estatal e da impotência para associar a conquista do consenso à prática da coerção. A ditadura do proletariado se torna inviável se o Estado não puder soldar a função coercitiva à legitimidade decorrente da aceitação consensual pelas classes sociais que pretende representar e dirigir. A carência desta aceitação consensual legitimadora provoca a exacerbação dos instrumentos coercitivos do Estado, incita-o à violência contra sua própria base social de apoio. A hegemonia deixa de existir e se converte em opressão despótica. Daí a face pesadamente tirânica de uma ditadura, que deveria, segundo o cânone marxista, iniciar a extinção de toda ditadura classista”.³⁵

Sustentando uma compreensão sobre 17 na Rússia muito próxima de Max Weber, em outras palavras, vendo a revolução primeiramente como um golpe de Estado, dado pelos bolcheviques em nome do Congresso dos soviets, Gorender afirmará que o primeiro passo

34 Ibid.pg.93.

35 Ibid.pg.62.



comprometerá o futuro imediato do socialismo: “A tomada do poder se revestiu da forma de um golpe de Estado. Todavia, se teve êxito na iniciativa insurrecional, a capacidade operacional dos bolcheviques constituiu também o pecado original da revolução socialista na Rússia. Já no ato inicial, no ato fundador, a revolução passou a pertencer ao partido bolchevique, realizando-se, de maneira então inadvertida, uma expropriação política dos soviets. Embora os bolcheviques houvessem ganho a maioria no Congresso dos Sovietes, agiram por conta própria e só formalmente passaram a governar como representantes do poder soviético. Desde o início o poder foi um poder do partido bolchevique. A superposição do partido sobre a classe operária começou já no ato de invasão do palácio do Ermitage. Sem dúvida, só com o desdobrar dos acontecimentos é que a substituição da pretensa ditadura de classe do proletariado pela efetiva ditadura de partido ganhou clareza e produziu as conseqüências que conhecemos a posteriori. É certo que a ação dos bolcheviques encontrou receptividade entre operários e camponeses, o que lhes permitia amplitude de manobra, inclusive para esmagar os adversários e concorrentes políticos. Mas os próprios bolcheviques se empenharam em mitificar a classe operária russa, cujos interesses históricos pretendiam representar. Não há dúvida de que o proletariado russo os apoiou enquanto massa e lhes forneceu bom número de quadros militantes. Convém, contudo, depurar a historiografia de falsificações que nela se sedimentaram. Já foi mencionado que o comitê central do partido bolchevique contava com um único operário entre os seus 21 membros, às vésperas da tomada do

poder em 1917. Como observa Claudin, a fonte principal dos revolucionários profissionais, segundo o modelo partidário leninista, foi a *intelligentsia*.”³⁶

É desta maneira, que J. Gorender conta os passos que levaram uma burocracia planificante a reprodução de um Estado com determinação para negar a democracia e realizar a ditadura do partido, numa logicidade, que como se viu, remontaria às contribuições leninistas, etc. A supressão da democracia teria sido fatal à URSS, e sua sorte estava lançada em definitivo: “Nas condições da dominação burocrática, tornava-se impossível a existência de canais de crítica democrática. A ausência de mercado concorrencial e de canais de crítica democrática só podia atuar no sentido de prolongar até o insuportável a tendência à estagnação econômica e à paralisia sistêmica. Prevalencia a propensão a manter inalterados indefinidamente parâmetros produtivos e tecnológicos, o que coincidia com a acomodação à inércia burocrática. Os agentes econômicos, produtores e consumidores, se habituaram a conviver com a escassez, de um lado, e com as prateleiras cheias de produtos imprestáveis e rejeitados, de outro lado.”³⁷

Também não será outra a posição de Catherine Samary, primeiramente, em torno do impacto das transformações em 1917 frente ao grande Capital internacional, para depois ponderar sobre o stalinismo e a burocratização na União Soviética: “O sopro emancipador da Revolução Russa estimulou durante várias décadas a resistência à dominação capitalista no mundo. E seu espectro persegue efetivamente a burguesia, fecundando políticas sociais que diminuíram as diferenças materiais e

36 Ibid.pgs.84-85.

37 Ibid.pg.97.



fizeram do pleno emprego uma prioridade. Mas a ditadura do partido único, o gulag, os gastos perdulários e os obscurecimentos burocráticos, enfim, a intervenção dos tanques soviéticos em nome do “internacionalismo proletário”, deram os melhores argumentos aos anti-comunistas. Trata-se das conseqüências fatais de Outubro? O papel vanguardista dos comunistas e a defesa da revolução implicaram em medidas colocadas contra o pluralismo das formas burguesas de “democracia”? O estalinismo é portador do leninismo - e o Manifesto Comunista como tende a ser entendido hoje? A revolução e as contra-revoluções, sua violência respectiva, podem ser julgadas com os mesmos critérios?”.³⁸ A crítica marxista deve dar conta destas interrogações que são fundamentais para a sorte do socialismo pós-queda, para melhor entender as possibilidades, por exemplo, de outras vias para o seu advento.

Referências

ANDRÉANI, Tony. *Socialisme ou communisme*. In: *Le Manifeste Communiste - 150 ans après - Quelle Alternative au Capitalisme? Quelle Émancipation Humaine? - Contributions 1 Dossier*, Paris, décembre 1997.

Blackburn, R. - *Depois da Queda* - Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1993.

BRAGA, José Carlos de Souza. *Financeirização global*. In TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís Fiori (Orgs). *Poder e Dinheiro*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1997.

CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo, Ed. Xamã 1996.

Contributions - 10er dossier, mai 1998, Le manifeste communiste 150 ans après - Quelle alternative au capitalisme? Quelle émancipation humaine? Rencontre Internationale, Paris, 13 au 16 mai 1998.

Contributions - 1er dossier, décembre 1997, Le manifeste communiste 150 ans après - Quelle alternative au capitalisme? Quelle émancipation humaine? -, Rencontre Internationale, Paris, 13 au 16 mai 1998.

Contributions - 2er dossier, février 1998, Le manifeste communiste 150 ans après - Quelle alternative au capitalisme? Quelle émancipation humaine? -, Rencontre Internationale, Paris, 13 au 16 mai 1998.

Contributions - 3er dossier, février 1998, Le manifeste communiste 150 ans après - Quelle alternative au capitalisme? Quelle émancipation humaine? -, Rencontre Internationale, Paris, 13 au 16 mai 1998.

Contributions - 4er dossier, février 1998, Le manifeste communiste 150 ans après - Quelle alternative au capitalisme? Quelle émancipation humaine? -, Rencontre Internationale, Paris, 13 au 16 mai 1998.

Contributions - 5er dossier, mars 1998, Le manifeste communiste 150 ans après - Quelle alternative au capitalisme? Quelle émancipation humaine? -, Rencontre Internationale, Paris, 13 au 16 mai 1998.

Contributions - 6er dossier, avril 1998, Le manifeste communiste 150 ans après - Quelle alternative au capitalisme? Quelle émancipation humaine? -, Rencontre Internationale, Paris, 13 au 16 mai 1998.

Contributions - 7er dossier, avril 1998, Le manifeste communiste 150 ans après - Quelle alternative au capitalisme? Quelle émancipation humaine? -, Rencontre Internationale, Paris, 13 au 16 mai 1998.

Contributions - 8er dossier, avril 1998, Le manifeste communiste 150 ans après - Quelle alternative au capitalisme? Quelle émancipation humaine? Rencontre Internationale, Paris, 13 au 16 mai 1998.

Contributions - 9er dossier, avril 1998, Le manifeste communiste 150 ans après - Quelle alternative au capitalisme? Quelle émancipation humaine? Rencontre Internationale, Paris, 13 au 16 mai 1998.

Gorender, J. - *Marxismo sem Utopia* - São Paulo, Ed. Ática, 1999.

38 Samary, Catherine “Ce Spectre qui Hante le Bilan...”, in Contributions, Dossier 1, op. cit. pg. 10.



Haddad, F (org.) - Desorganizando o consenso - Petrópolis, Ed. Vozes, 1998.

Hobsbawm, E. - Era dos Extremos - São Paulo, Cia das Letras, 1995.

Hobsbawm, E. - História do marxismo - o marxismo hoje - 2vols, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1989.

Hobsbawm, E. - Sobre história - São Paulo, Cia das Letras, 1998.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo, Cia das Letras, 1998.

Lyra, R. P. (Org.) - Socialismo, Impasses e Perspectivas - São Paulo, Ed. Scritta, 1992.

MARX, Karl. *Manifesto Comunista*. In: LASKI, Harold J. *O Manifesto Comunista de 1848*. Rio de Janeiro, Ed. Zahar 1967.

Miliband, R. - Socialismo & Ceticismo - São Paulo, Bauru, Ed. Unesp, Edusc, 2000.

Osinskij et alli - Democracia de Trabajadores o Dictadura de Partido - Madrid, Ed. Zero, 1971.

SÉAT-COHEN, Patrice. "*Luttes, classe et transformation sociale*". In: *Le Manifeste Communiste - 150 ans après - Quelle Alternative au Capitalisme? Quelle Émancipation Humaine?* - Contributions 1Dossier, Paris, décembre 1997.

Trotsky, L. - A Revolução Traída - Lisboa, Ed. Antídoto, 1977.